

O USO DO *ONDE* E DO *AONDE* NA ESCRITA DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NA BAHIA DO SÉCULO XIX

Emília Helena Portella Monteiro de Souza (UFBa)

Noemi Pereira de Santana (UFBa)

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre o papel da escola na configuração das normas cultas no Brasil, em consequência da padronização lingüística, intensificada na segunda metade do século XIX, tendo como foco a norma de que o professor fazia uso nesse período. Para tanto, buscou-se verificar, nas correspondências manuscritas por professores primários, em exercício no período em questão, os usos do *ONDE* e de seus correlatos. Os dados levantados demonstram que os usos canônicos superam em muito os não canônicos e possibilitam inferir que esses professores foram, na escola, difusores dessa norma de prestígio.

Palavras-chave: onde/aonde; professores primários; século XIX

ABSTRACT

This article shows the results of the research about the role that the school plays concerning the use of educated register, as a consequence of the linguistic standardization, intensified in the second half of the XIX century, focusing on the teacher's register used in class at that time. In order to reach that goal the different uses of "where" were noticed and contrasted in primary teachers' letters leading to the following conclusion: the canonic uses are by far much more frequent than the informal ones which implies that the teachers are undoubtedly the ones who had spread and reinforced such use of prestige.

Keywords: Where/where; primary teachers; XIX century

INTRODUÇÃO

Fruto de fatores históricos e sociais, a realidade lingüística brasileira apresenta-se, segundo Lucchesi (2002), heterogênea, plural e polarizada em dois sistemas que se configuram em normas cultas e normas vernáculas ou populares – as primeiras adquiridas por meio da sistematização da escola; as demais, de maneira espontânea, pela oralidade, todas decorrentes de um processo que permeia a própria constituição da sociedade brasileira. Mattos e Silva (2004, p. 58 [1998]) expõe duas vertentes a serem seguidas para se reconstruir a história social lingüística do Brasil. A primeira abordaria aspectos relacionados à ocupação territorial e à distribuição demográfica. A segunda trataria da reconstrução da história da escolarização no Brasil. Este artigo resulta da investigação dessa segunda vertente, tendo em vista o papel da escola na configuração das normas cultas, em

consequência da cultura escrita e da padronização linguística, intensificadas na segunda metade do século XIX.

No âmbito dessa segunda vertente, mais especificamente, será focalizado o professor atuante da segunda metade do século XIX, considerando-se como princípio a sua formação precária, no Brasil, e em particular, na Bahia, durante todo o século. Diante dessa realidade, e da expectativa existente em relação ao papel da escola, a questão que se coloca é: de que norma o professor faz uso, tendo em vista a sua formação?

Para responder a essa pergunta, foram levantadas informações em arquivos baianos, por meio de relatórios de diretores de instrução pública e de presidentes da Província da Bahia, nas décadas de 70 e 80 do século XIX, bem como de correspondências manuscritas por professores primários, no ano de 1880.

Nas correspondências manuscritas de professores da Bahia do final do século XIX, buscou-se verificar os usos do ONDE e do AONDE, motivação surgida a partir dos estudos de Pagotto (1998). Esse autor discute sobre a codificação de uma norma culta escrita no século XIX, aqui no Brasil, num período em que o português falado já se apresentava seguindo caminhos que o diferenciavam do português europeu.

O fato é que, até o século XVIII, Portugal tinha como norma o português clássico, e foi nesse modelo de língua que muitos textos foram escritos, aqui no Brasil, a exemplo da Constituição de 1824, conforme Pagotto (idem). Se, na primeira metade do século XIX, ainda era vigente essa norma para os textos escritos, já não o era na segunda metade do século. Mudanças no português europeu, conjugadas com o aparecimento de um novo leitor, advindo de um estrato social emergente, a burguesia, fez com que muitas variantes do português falado passassem a figurar nos textos da literatura romântica portuguesa. (PAGOTTO, 1998; FARACO, 2008). Esse português moderno escrito, vigente na segunda metade do século XIX, passou a servir de modelo para os nossos intelectuais da época, mesmo que se identificassem aqui, como norma, certos traços estruturais característicos do português clássico. Essa evidência fica demonstrada na comparação dos textos das duas constituições brasileiras, a do Império (1824), apresentando usos do português clássico, e a da República (1891), do português moderno (Pagotto idem). Dentre os fenômenos lingüísticos levantados

por esse autor, na comparação entre as duas constituições, está a referência ao ONDE e ao AONDE. Assim está dito no texto: “A constituição do Império apresenta quase categoricamente a forma **aonde** em contextos onde a atual norma culta prescreve **onde**, que é a forma empregada na constituição republicana”. (PAGOTTO, 1998, p. 52). Também esse modelo de norma culta é seguido em textos escritos da época, como os literários. Verificar como ocorrem os usos desses itens, nos textos dos professores primários do final do século, foi o objetivo deste trabalho.

A ESCOLA NO SÉCULO XIX

Embora a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, tenha determinado a gratuidade do ensino primário, uma atenção maior a esse setor só vai ser dispensada três anos depois, com a Lei Geral do Ensino, promulgada em 1827, priorizando a criação de escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos.

Para que as escolas primárias fossem criadas, o governo central solicitou que cada província realizasse um levantamento e indicasse o número de escolas necessárias, bem como os locais onde as escolas deveriam ser construídas. Segundo Nunes¹ (2006), a partir do levantamento feito por Domingos Afonso Rebello, em sua *Corografia ou Abreviada história geográfica do império do Brasil*, documento editado em 1829, foi constatado que em 95 das 107 freguesias então existentes na Bahia já havia escolas de primeiras letras; das 95 escolas, 59 eram nacionais (públicas) e 36 eram particulares. Vale ressaltar que a Bahia fora um local de grande desenvolvimento econômico e cultural, tendo sido, inclusive, por dois séculos, a capital do país. Embora no início do século XIX se encontrasse em decadência.

A criação de escolas gerou outra demanda: professores. Mas a partir de que critérios esses poderiam ser admitidos? Ficou estabelecido, pela Lei de 1827 que os professores só deveriam ser formados na capital da província e admitidos mediante exame, em caráter vitalício e com estipêndio anual máximo de Rs 500\$000 (quinhentos mil réis), só

¹ *A situação educacional baiana no final do reinado de Pedro I (1828-1832)*. Trabalho apresentado no VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação realizado em Uberlândia de 17 a 20 de abril de 2006.

fazendo jus, o professor, a uma gratificação – não superior a um terço do ordenado – depois de 12 anos de regular exercício no magistério. (NUNES, 1999,).

No intuito de formar esses professores, foram criadas, ainda na primeira metade do século, as Escolas Normais do Brasil, seguindo o modelo das Escolas Normais da França, implementadas após a Revolução Francesa e exportadas para outros países.

Com o Ato Adicional de 1834, houve a descentralização do governo, criando-se as Assembléias Legislativas Provinciais. Com isso, a promoção e garantia da instrução pública passou à responsabilidade das províncias; o ensino elementar e o secundário ficaram a cargo das províncias e o superior sob responsabilidade do governo central. (NUNES, 1999).

Em 1836, foi criada a Escola Normal da Bahia, entrando em funcionamento apenas no ano de 1842. Entre 42 e 52, conforme Nunes (1999), 68 alunos e 24 alunas foram graduados pela Escola Normal da Bahia, numa proporção de nove mestres por ano. Apesar de a Bahia ter sido uma das primeiras províncias a implementar a Escola Normal, ainda no final do século muitos professores eram nomeados pelos chefes políticos dos municípios da Província, não pelo critério de competência, e sim de favorecimento pessoal. (COSTA E SILVA, 1997).

A segunda metade do século XIX foi marcada por manifestações sociais, envolvendo grupos de interesses diversos da sociedade baiana. Movimentos republicanos se consolidavam, movimentos em prol da abolição se intensificavam, movimentos reacionários também iam ganhando corpo. Nesse momento, aumentava a preocupação dos governantes em relação ao ensino e, principalmente, à formação de professores para o ensino primário. Num contexto de manifestações populares numa nação ainda em processo de formação, a escola se apresentava como instrumento de controle social. Criavam-se as escolas primárias e, para garantir seu funcionamento e eficácia, era necessário investir-se na formação de professores, que teriam como papel unificar padrões culturais e de convivência social, além de promover o desenvolvimento intelectual.

O ensino implementado pela Escola Normal, principal agente formador de professores, era criticado por alguns Diretores de Instrução Pública, considerando que seu período era curto e que o aprendizado da língua era voltado à filosofia e não à gramática. Diante da carência de professores formados pela Escola Normal e da dificuldade de deslocamento para vilas e povoados distantes, com o

tempo, o governo permitiu que fossem admitidos também professores não diplomados. O processo de promoção da instrução pública, embora viesse constituindo-se ao longo do século XIX, foi configurando-se mais nitidamente na sua segunda metade. Nesse sentido, a década de 70 desse século se inicia com uma reforma na instrução que estabelece um aumento no número de cadeiras de instrução primária e torna facultativo o diploma de aluno mestre como requisito para assunção ao cargo de professor primário no interior da Província.² Ressalte-se que, apesar de passarem por um concurso, em geral os candidatos eram aprovados e nomeados independentemente dos resultados, por força do chefe político de suas localidades .

O Presidente da Província, Antonio de Araújo Bulcão, em 1880, condenou a formação pedagógica dada pela Escola Normal:

Das escholae normaes sahião alumnos que mal podião exercer as nobres funcções do sacerdócio do ensino, por ignorarem matérias de que devião ter conhecimento, mas que não erão contempladas no programma de estudos d'aquelles estabelecimentos. Mao preparo do mestre só podia trazer, como consequencia inevitável, mau ensino. (BULCÃO, 1881, p. 25).

Bulcão propôs, então, que o tirocínio docente na Escola Normal fosse obrigatório para que os alunos saíssem com habilitações para o provimento das cadeiras de primeira classe, estando dispensados de concurso. Isso lhes daria prioridade em relação aos que não passavam pelo Curso dessa instituição (BULCÃO, 1881). Ressalte-se que a denúncia da falta de cobrança da habilitação dos professores primários era uma constante nos relatórios.

Precariedade da estrutura da escola

Em 1871, embora a fala do Presidente da Província, João Antonio Freitas Henriques, demonstrasse um otimismo em relação à instrução pública, revelava, também, que havia muitas deficiências em relação à sua estrutura, como falta de espaço, de higiene e de mobília adequada nas escolas. (HENRIQUES, 1872, p. 3). E isso se confirma nas correspondências dos professores.

² Cf. Relatório de Diretoria de Instrução Pública de 1870.

A falta de condições físicas adentra a década seguinte. As queixas em relação à mobília eram freqüentes nos relatórios, como se pode ver no relatório do Diretor de Instrução Pública de 1879, Cônego Dr. Emílio Lopes Freire Lobo, que afirmava que, das muitas escolas que havia na Província, apenas 19 haviam recebido mobília até aquele momento, isso porque a verba estava limitada. Nas correspondências dos professores ao Diretor da Instrução Pública, no ano de 1880, é freqüente a solicitação de mobílias, bancos, relógios e livros, além de queixas voltadas à falta de condições de higiene. Em Relatório da Instrução Pública para o presidente da Província registra-se que apenas na Capital havia prédios apropriados para o ensino, visto que a verba para educação era baixa. Dessa forma, além de casas, faltava também material didático. Apenas a escola anexa à Escola Normal de Homens possuía mobília aperfeiçoada para 100 alunos, vinda inclusive da Alemanha (PARANAGUÁ, 1882).

Além do problema de ordem estrutural, havia também um outro ponto que preocupava os governantes: a baixa freqüência dos alunos. O Presidente Bulcão responsabilizava os professores pela evasão dos alunos, como se não tivessem habilidade para esse tipo de trabalho, embora o governo provincial estivesse investindo alto para difundir a instrução primária (BULCÃO, 1879). A desproporção entre matrícula e freqüência (conferir tabela 1) foi motivo para que, ao longo da década de 1880, a luta pelo ensino obrigatório se intensificasse. Nesse momento também, já se cogitava a possibilidade de admissão dos filhos dos escravos, tornados livres pela Lei 2.040, de 1871³.

Dados levantados nos Relatórios de Instrução Pública expressam índices referentes à matrícula e à freqüência de alunos nas escolas primárias públicas na Bahia⁴, na segunda metade do século XIX, o que se pode ver na tabela 1, a seguir:

TABELA 1 – NÚMERO DE MATRÍCULA E FREQUÊNCIA DE ALUNOS / ANO

ANO	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
1871	13.227	881	6,6

³ Sobre a admissão de ingênuos, em 1883, a Diretoria Geral de Instrução declarou que: “[...] sendo considerados de condição livre os filhos de mulher escrava, nascidos no Império desde a data da lei de 28 de setembro de 1871, não podiam deixar de ser admitidos à matrícula escolar, mediante guia dos senhores, das mães ou de quaesquer outras pessoas em poder, ou sob autorização dos quais se achassem.” (MOACYR, 1939 apud NUNES, 1997, p. 190).

⁴ Os dados levantados referem-se apenas às escolas públicas, haja vista a dificuldade de acesso aos dados das particulares, expressa pelos próprios Diretores de Instrução Pública nos seus relatórios.

1880	21.626	NÃO INFORMADO	—
1882	20.346	1.987	9,7 ⁵
1884	18.159	836	4,6
1888	19.135	NÃO INFORMADO	—
1890	23.242	15.694	67,5
1891	25.867	17.246	66,7
1892	25.035	16.738	66,8
1893	28.542	19.972	70,0

FONTE: Relatórios da Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado da Bahia, 1867 a 1893 (IGHBa).

Observa-se, na tabela 1, que, em 1880 o índice de matrícula é quase o dobro em relação à década anterior, a qual, por sua vez, já era também significativa, e como, ao longo do tempo, esse índice foi aumentando.

Nos anos 80 do século XIX, a falta de estrutura das escolas, a falta de material escolar e a falta de qualidade do ensino da Escola Normal continuavam sendo problemas. Em 1881, foi decretada uma reforma, exigindo que o ensino nas escolas primárias deixasse de ser teórico e passasse a desenvolver “aptidões práticas para a vida social”. No intuito de transformar essa realidade, essa reforma também liberou a abertura de escolas e o exercício do magistério de ensino primário e secundário a quem tivesse interesse, podendo ser, inclusive, de qualquer nacionalidade (NUNES, 1999)

No que se refere à quantidade de alunos, seria possível que esses procedimentos viessem a produzir efeito, mas, em relação à qualidade do ensino, não havia garantia de melhora. O interesse nesse ponto seria detectado, posteriormente, sob dois aspectos. Um contemplando as séries precedentes ao estudo elementar, quando, no ano de 1883, fundou-se o primeiro Jardim de Infância do Brasil, por Joaquim José de Meneses⁶; outro contemplando a formação de professores, quando, em 1884, com a finalidade de proporcionar melhor

⁵ Neste ano, estava em execução o Regulamento Bulcão, proposto em 1881, que reorganizou o ensino público provincial, intensificando a inspeção das diversas escolas públicas.

⁶ Cf. relatório de 1883.

formação ao professor focando a sua prática pedagógica, foi criado o Instituto do Professorado Público Primário Baiano, que tinha como dever publicar uma revista para divulgação de trabalhos pedagógicos, científicos e literários, bem como criar uma biblioteca especializada. Mesmo assim, a situação da educação era ainda precária. Já chegando ao final do Império, a formação do professor parecia inadequada para atender a uma demanda de alunos, que aumentava, consideravelmente.

O FENÔMENO LINGÜÍSTICO

O fenômeno lingüístico observado no *corpus* sob análise é, como foi anunciado anteriormente, o **onde** e a sua variante o **aonde**.

O **onde** é considerado um dos itens mais antigos da língua, é um localizador universal. No sistema latino, indicava proveniência; entre os séculos XIV e XV, assumiu as acepções do HU, que caiu em desuso, e indicava permanência e direção. Com a progressiva adoção de preposições, essas passaram a ser usadas precedendo o **onde**, atendendo às várias acepções indicadoras de lugar, marcando oposições semânticas, como: *de onde (donde), para onde, por onde*. (CAMBRAIA, 2002).

Nesse sistema, o **onde** assumiu o sentido de permanência (“lugar em que”), uma referência a espaço físico. Esse é o sentido básico, mas não o único atribuído ao **onde**, acrescente-se a esse os sentidos abstratos, como os relativos a tempo, a noção, a posse e ao discursivo. Estudos diacrônicos, como os empreendidos por Mattos e Silva, nos *Os Diálogos de São Gregório*⁷, século XIV, são exemplos desses usos. Conceitualmente, o **onde** é um termo lingüístico que codifica uma representação espacial, um determinado lugar. É, segundo a semântica cognitiva, um conceito estruturado metaforicamente (LAKOFF e JOHNSON,

⁷ Mattos e Silva (1989).

1980). Pode-se ter como hipótese que o ONDE é um elemento gramatical que situa espaços físicos, originariamente, e que, por processo metafórico, esse conceito se estende a outros mais abstratos, estando à disposição na língua, em várias sincronias. O uso padrão do **onde** prevê, portanto, uma referência a espaço físico.

Quanto ao **aonde**, Cambraia (2002), em suas pesquisas sobre a origem dessa forma, de uso no português contemporâneo com as acepções de *lugar em que* e *lugar a que*, observa a sua presença no primeiro texto em língua portuguesa, a obra trecentista intitulada *Livro de Falcoaria*, de autoria de Pero Menino. Sobre a origem do A do **aonde**, esse Autor chega a conclusões de que este A é uma preposição que na fase arcaica indicava os dois valores, direção e permanência, de acordo com Mattos e Silva (1989 p. 627-628). O **aonde** teria aparecido nesse processo de mudança, entre os séculos XIII e XV, segundo Bonfim (1993 *apud* Cambraia, 2002) em que o **onde** estava perdendo o seu valor etimológico de *lugar de que* e assumindo dois novos valores *lugar a que* e *lugar em que*. Para Cambraia (2002), a anexação do A ao **onde** seria exatamente de reforçar esses dois valores recém-adquiridos, valores esses que a preposição A já expressava. O A do **aonde** tinha, portanto, como função reforçar os valores *lugar em que* e *lugar a que*, por oposição a *lugar de que* expresso pelo *de donde*. No *Livro de Falcoaria*, o **aonde** ocorre apenas com os valores de *lugar em que* e *lugar a que*, mas nunca com os valores de *lugar de que*. Cambraia (2002) conclui que o **aonde** não seria apenas uma variante do **onde**, mas tinha essa função de demarcar os valores de *lugar em que* e *lugar a que*, recém adquiridos pelo **onde**. O **aonde** tem, dessa forma, uma origem polissêmica.

A gramática normativa trata mais especificamente do **onde**, incluindo-o na classe dos pronomes e dos advérbios, sendo considerado por alguns gramáticos como advérbio relativo (cf. Cunha e Cintra, 1985, p. 342).

Sobre o emprego do **onde** e seus correlatos, nas referências a lugar, os gramáticos, como Bechara (2005, p. 487) se posicionam pelo uso dessas formas, e não de suas variantes:

Em lugar de *em que, de que, a que*, nas referências a lugar, empregam-se respectivamente, *onde, donde, aonde* (que funcionam como adjunto adverbial ou complemento relativo).

Com relação ao emprego do **onde** e do **aonde**, são estabelecidas distinções. Assim se expressa Bechara (idem, p. 488):

Modernamente, os gramáticos têm tentado evitar o uso indiscriminado de *onde* e *aonde*, reservando o primeiro para a idéia de repouso e o segundo para a de movimento:

O lugar *onde* estudas...

O lugar *aonde* vais....

Esta lição de gramática tende a ser cada vez mais respeitada na língua escrita contemporânea, embora não sejam poucos os exemplos em contrário, entre escritores brasileiros e portugueses.

Infante (2001, p. 582) assim se refere ao **onde**: “Onde é pronome relativo quando tem o sentido aproximado de *em que*; deve ser usado, portanto, na indicação de lugar”. No item “Problemas gerais da língua culta”, também estabelece distinção quanto ao uso do **onde** e do **aonde**, chamando, entretanto, a atenção para o fato de que esta é uma tendência do português moderno.

A tendência no português atual é considerar a seguinte distinção:

Aonde indica idéia de movimento ou aproximação. Opõe-se a *donde*, que exprime afastamento. Veja nos exemplos que a forma *aonde* costuma referir-se a verbos de movimento:

Aonde você vai?

Não sei **aonde** ir.

Onde indica lugar em que se está ou em que se passa algum fato. Normalmente, refere-se a verbos que exprimem estado ou permanência. Observe:

Onde você está?

Discrimine os locais **onde** as tropas permanecem estacionadas.

Como dissemos, o estabelecimento dessa diferença de significado tem sido uma tendência do português moderno. Na língua clássica, não havia essa diferença; ainda hoje, é comum encontrar-se o emprego indiferente de uma ou outra forma.

Cunha e Cintra (1985, p.342) ressaltam que, embora a disciplina gramatical deseje estabelecer, na língua culta contemporânea, distinção entre o **onde** (= lugar em que) e o **aonde** (= lugar a que), “esta distinção, praticamente anulada na linguagem coloquial, já não era rigorosa nos clássicos”.

Os gramáticos do final do século XIX, como Carneiro Ribeiro (1879, 1881, 1890) e Julio Ribeiro (1881, p. 71) incluem o **onde** na classe dos advérbios de lugar⁸. Na gramática de 1881, Carneiro Ribeiro refere-se a fórmulas adverbiais: “Fórmulas adverbiais temos exemplos nas locuções: donde, por onde, aonde, para onde, abaixo, debaixo.” (p. 345) O autor chama atenção para o fato de que “[...] é muito vulgar empregar a expressão ‘donde’ por ‘onde’, e desta incorreção não se isemtparão alguns de nossos clássicos, [...]”. (idem p. 352). Observe-se que o **aonde** nessas gramáticas figura como uma locução, ao lado das outras formas adverbiais.

OS DADOS

⁸ Quanto à classe gramatical do ONDE nas gramáticas, Kersch (1996, p. 71) dá a seguinte informação: “Na verdade, o ONDE passa a figurar entre os relativos em bibliografia mais recente (a partir da década de 30). Em bibliografia mais antiga (Barbosa, 1881; Ribeiro, 1920; Pereira, 1927), consta entre os advérbios.”

O *corpus* objeto de estudo é constituído de correspondências manuscritas de professores da Província da Bahia, destinadas ao Diretor da Instrução Pública, ao longo do ano de 1880. As correspondências têm como teor informar assunção de cargo, remoção, solicitações diversas, como materiais de ensino, livros, lousa, mobiliário, etc.

Como uma metodologia de trabalho, primeiramente a observação foi dirigida para as ocorrências do **onde** e do **aonde**, conforme estava previsto. Em contato com os textos, foram identificados outros itens usados nas referências a lugar, que se apresentam em variação com o **onde** e seus correlatos. Em face da riqueza dessas ocorrências, a opção foi por incluí-las na análise. O sistema, portanto, está assim constituído: *onde, aonde, para onde, por onde, em que, no qual, para o qual, para que, pelo qual, em o qual*.

Para análise dos dados, vão-se considerar as acepções desses localizadores, como sejam: permanência (lugar em que); direção (lugar a que); procedência (lugar de que); meio (lugar por que) e outros (uma referência ao uso do onde por cujo) e os valores semânticos atribuídos a eles nos contextos de uso: lugar concreto e lugar abstrato (tempo; noção e posse), conforme a tabela 2, a seguir:

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS LOCALIZADORES

LOCALIZADORES	VALORES		ACEPÇÕES					
			LUGAREM QUE (PERMANÊNCIA)	LUGARAQUE (DIREÇÃO)	LUGARDE QUE (PROCEDÊNCIA)	LUGAR PORQUE (MEIO)	OUTROS	TOTAL
ONDE	LUGAR CONCRETO		06		01			07
	LUGAR ABSTRATO	TEMPO NOÇÃO POSSE					01	01
AONDE	LUGAR CONCRETO		01					01
	LUGAR ABSTRATO	TEMPO NOÇÃO						
	LUGAR CONCRETO			02				02

ONDE	LUGAR ABSTRATO	TEMPO NOÇÃO		02				02
	LUGAR CONCRETO							
POR ONDE	LUGAR ABSTRATO	TEMPO NOÇÃO				01		01
	LUGAR CONCRETO							
EM QUE	LUGAR CONCRETO		04					04
	LUGAR ABSTRATO	TEMPO	04					04
		NOÇÃO	06					06
NO(A) QUAL	LUGAR CONCRETO							
	LUGAR ABSTRATO	TEMPO NOÇÃO	05					05
PARA O(A) QUAL	LUGAR CONCRETO							
	LUGAR ABSTRATO	TEMPO NOÇÃO		12				12
PARA QUE	LUGAR CONCRETO							
	LUGAR ABSTRATO	TEMPO NOÇÃO		02				02
PELO(A) QUAL	LUGAR CONCRETO							
	LUGAR ABSTRATO	TEMPO NOÇÃO				01		01
EM O(A) QUAL	LUGAR CONCRETO							
	LUGAR ABSTRATO	TEMPO NOÇÃO	01					01
TOTAL			27	18	01	02	01	49

FONTE: APEB. Fundo Instrução Pública. Maço: 6565. Correspondências de professores primários para o Diretor de Instrução Pública da Província da Bahia, 1880.

LOCALIZADORES

Onde e seus correlatos

Neste *corpus*, há um uso superior de **onde**, no sentido de espaço físico. Dos 08 usos encontrados, 06 são no sentido canônico de “lugar em que”; há 01 ocorrência em que este item é usado por **de onde**, no sentido de “lugar de que”; e 01 ocorrência em que é usado por **cujo**, com o valor de posse.

Os exemplos a seguir são trechos das correspondências de professores primários ao Diretor da Instrução Pública da Província da Bahia, Cônego Emílio Lopes Freire, no ano de 1880.

Onde

- Exemplos do **onde** (sentido espaço físico – “lugar em que”):

(1) “Estando em más condições a propriedade *onde* funciona esta escola [...]” (02 de janeiro de 1880 - Professora da Freguesia do Passo)

(2) “[...] V. Ex^a sabe que torna-se muito difícil regular as diferentes lecções em uma escola *onde* não há relógio [...]” (16 de abril de 1880 – Professora do Arraial Nossa Senhora de Belém)

- Exemplo de **onde** por **de onde** (**donde**) (“lugar de que”)

(3) “[...] que o mau estado de minha saúde é tal, que impossibilita o meu comparecimento, para esse fim, privando-me a sahida de casa, **ONDE** por isso somente posso prestar meos fracos serviços à Instrução Pública [...]” (13 de julho de 1880 - Professora da Freguesia do Pilar)

- Exemplo de **onde** por **cujo** (uso abstrato, indicativo de posse)

(4) “[...] reparos são indispensáveis na casa escolar, onde funciono; [...]. Estes reparos urgem principalmente em uma casa escolastica, **ONDE** o número e maquinação das creanças exceedem quase à vigilância do mestre [...]” (15 de outubro de 1880 – Professora do Curato da Sé)

Aonde

- Exemplo de **aonde** (sentido de permanência de “lugar em que”)

(5) “Consta das despesas feitas com a conducção dos utensílios na casa em que funcionou esta escola a meu cargo, tanto para a Directoria Geral da Instrucção Publica, como para o prédio Escolar **aonde** actualmente funciona [...]” (25 de junho de 1880 – Professora do Curato da Sé)

Para onde

Há 04 usos indicando direção, dos quais 02 são com referência a espaço físico e 02 usos nocionais, isto é, com a idéia de espaço abstrato, ampliado.

- Exemplo de **para onde** (espaço físico)

(6) “[...] por ter como tal o Ilm^o Frco Pereira de Miranda se mudado para o Porto de Santa Maria da Victoria **PARA ONDE** se mudou a sede desta Villa [...]” (14 de outubro de 1880 – Professor do Rio das Éguas).

- Exemplo de **para onde** (noção)

(7) “Levo ao conhecimento de V. Ex^a que hoje assumi o exercício da cadeira publica d’esta Freguesia, PARA ONDE fui ultimamente removido.” (05 de julho de 1880 – Professor de Monte Gordo)

Por onde

- Exemplo de **por onde** - apenas uma ocorrência com o valor noção.

(8) “Getulio Thomaz de Aquino, Alumno-mestre, tendo de propor-se à cadeira nocturna da Freguezia de S. Pedro Velho d’esta Cidade, que se acha annunciada para ser contractada, vêm offerecer à consideração de V.Ex^a, como lhe cumpre, os documentos juntos, POR ONDE provar ser effeito aquelle contracto [...]” (12 de março de 1881 – Alumno-mestre – cadeira noturna de São Pedro).

O **onde** e seus correlatos somam 14 ocorrências. Nesse sistema, os usos canônicos prevalecem. Interessante notar que nos usos não canônicos há sempre no contexto uma referência a espaço físico. Outro aspecto que chama a atenção nos dados é a ausência do uso de **donde**. Em vez desta forma, há o uso do ONDE (exemplo 3), com a acepção de “lugar de que”, seu sentido de origem. O **onde** também é usado por **cujo** (exemplo 4), assumindo o valor de posse.

O **aonde** assume no *corpus* um de seus sentidos já existente desde o português arcaico, o de “lugar em que”, indicando permanência, variando com o ONDE.

O que e o qual preposicionados

As outras ocorrências são com o **que** e o **qual** preposicionados, que também funcionam com referência a espaço físico, tempo e noção, um outro sistema que está em variação com o **onde** e seus correlatos. Também para esses usos a prescrição gramatical prevê algumas regras, como é a prevista para o uso de **em que**, exemplificado abaixo.

Seguem exemplos com o uso do *que* e do *qual* preposicionados.

Em que

As ocorrências de **em que** apresentam os valores de espaço físico (4), tempo (4) e noção (6). O emprego do *que* preposicionado, com referência a espaço físico, é recusado pela tradição gramatical, preferindo-se o uso do **onde**. O contrário ocorre em relação aos usos temporais e nocionais.

- Exemplo de **em que** (espaço físico)

(9) “Não devendo ser pago á minha custa o asseio que deve ser diariamente feito nos commodos da casa escholar da freguezia de Sanct’Anna EM QUE funciona a aula a meu cargo [...]” (31 de julho de 1880 – Professor da Freguesia de Sanct’Anna)

- Exemplo de **em que** (tempo)

(10) “[...] a fim de V. Ex^a, tomando-os na consideração devida, mandar inseril-os na lista dos examinandos do corrente anno, marcando dia e hora **em que** deverá ter logar os dictos exames [...]” (9 de novembro de 1880 – Professor de Conceição da Praia)

- Exemplo de **em que** (noção)

(11) “De posse do officio de V.S. **em que** me comunica achar-me nomeada para examinar hoje no concurso.” (6 de setembro de 1880- Professora da Freguesia do Pilar)

No qual

- Usos com valor nocional.

(12) “[...] para atestar o meu exercício do mez de julho, NO QUAL faltei 8 dias [...]”

(10 de agosto de 1880) – Professor da Eschola do Socorro).

Nesta ocorrência, *no qual* é usado por *ao qual*.

(13) “Fico de posse do officio de V. Ex^a com data de 19 de junho do corrente anno, NO QUAL communica minha remoção para a cadeira do arraial do Cumbe, criada pela lei 1965 de 11 de junho do corrente anno, do que fico sciente.” (4 de julho de 1880 – Professor primário do Gavião).

Para o qual (para a qual)

- Todos os 12 usos são com valor noção

(14) “Communico a V. Sa. que n’esta data tomei posse e entrei em exercício da cadeira publica d’este arraial, PARA A QUAL fui nomeada por acto da Presidência da Província de 8 de junho do corrente.” (19de julho de 1880 – Professora primária de Arraial do Picado).

Para que

- São 02 ocorrências. Neste uso de *que* preposicionado, a tradição gramatical prescreve o *qual*. Neste sistema *que* e *o qual* estão em variação.

(15) “Communico a V. Ex^a que no dia 15 de janeiro p.p. assumi o exercício das funções de Professora Pública desta Villa PARA QUE fui nomeada”. (8 de fevereiro de 1880 – Professora efetiva da Villa de Bom Jesus dos Meiras)

Pelo qual

- Há apenas 01 ocorrência com valor nocional.

(16) “Tenho a honra de enviar a V.Sa. a inclusão termo dos exames finais dos alumnos desta aula, PELO QUAL vera V. Sa que forão aprovados plenamente em todas as matérias. [...]”
(05 de dezembro de 1880 – Professor da Freguezia Bom Jesus do Rio das Contas)

Em o qual

- Apenas 01 ocorrência – valor nocional. Esta é a forma plena de *no qual*

(17) ‘Accusando o recebimento do officio de V. Ex^a. Datado de 20 do cadente mez, EM O QUAL me ordena que compareça com as alumnas que se distinguirão nos últimos exames [...]’ (24 de dezembro de 1880 – Professora vitalícia do Curato da Sé)

Os usos de *que* e *do qual* preposicionados, em sua grande maioria, atendem à prescrição gramatical, como expõe a tabela 2 acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois fatos relacionados entre si foram motivadores deste trabalho: um de natureza lingüística, os usos do **onde** e do **aonde**, e o outro de natureza social, a escolarização,

focalizando a escrita de professores primários, do final do século XIX. A conjugação desses dois fatos se insere na proposta de Mattos e Silva (2004), exposta na introdução deste trabalho. Indaga-se sobre o papel da escola na configuração das normas cultas, principalmente considerando-se a padronização lingüística, intensificada na segunda metade do século XIX.

Ao se retomar o que diz Pagotto (1998, p. 52), na comparação das duas constituições brasileiras, a do Império e a da República, sobre os usos do **onde** e do **aonde**, o que fica evidenciado é que na constituição do Império, a forma **aonde** é empregada na acepção de “lugar em que”, quando a norma que se estabeleceu nas últimas décadas do século XIX, de ideal lusitano prescreve **onde**. A origem polissêmica do **aonde**, com acepção de “lugar em que” e de “lugar a que”, e como forma variante do **onde**, de uso pleno no português clássico, foi ignorada a partir do momento em que se estabeleceram diferenças de uso, entre uma forma e outra. Isso aconteceu, a partir dos movimentos de padronização lingüística no Brasil, em que novas regras de uso passaram a vigorar no português brasileiro culto, independentemente das mudanças por que passava o português geral do Brasil, nesse mesmo período, principalmente na sintaxe, conforme estudos de Tarallo (1986) e de outros autores. A variação existente entre o **onde** e o **aonde** ocorre desde o século XIV, e nunca deixou de existir, conforme atestam inúmeros trabalhos de natureza diacrônica. Faraco (2008 p. 126) refere-se à década de 1880, como “o momento do mais significativo avanço da lusitanização da norma escrita”. Guimarães (2004) se refere a essa década como o período em que se intensifica o processo de gramatização brasileira do português com a multiplicação das gramáticas..

Quanto aos dados levantados nos textos escritos pelos professores primários da Província da Bahia, no ano de 1880, no que se refere, primeiramente, ao emprego do **ONDE** e do **aonde**, verifica-se que o **onde** tem um número superior de ocorrências em relação ao **aonde**. Esse último item é usado no texto dos professores, apenas uma vez, e com um valor de

origem, de espaço físico como “lugar em que”. Na vigência das normas do português culto escrito do final do século XIX, esse uso constitui um desvio da norma. Quanto ao **onde**, há um número elevado de ocorrências, de 08 usos, 06 possuem o valor canônico de espaço físico, na acepção de “lugar em que”, atendendo ao que prescreve a norma. As formas usadas para expressar os valores de tempo e noção são as formas variáveis **em que**, **no qual**, também seguindo a norma gramatical, muito embora o **em que** ocorra com o valor de espaço físico, quando a norma prevê, nesse caso, o uso do **onde**.

Há, ao lado desses usos canônicos do **onde**, dois usos que infringem a norma: um em que esse item ocorre com o seu valor de origem, o **de que**, indicando proveniência; e um uso no valor de posse, **onde** por **cujo**, muito frequente no português atual.

As formas usadas para expressar tempo e noção, indicadoras de permanência, destinação, como **no qual**, **para o qual**, **pelo qual** são previstas pela tradição gramatical. Em muitos contextos, essas formas, expressando tais valores, são usadas em variação com o **onde** e o **aonde**.

Observando-se a história social do Brasil no século XIX, toda a política pública referente à escola e aos professores, verifica-se que houve um esforço no sentido oficial de criar condições para que o ensino se efetivasse, a partir da promulgação de leis que regulamentaram a instrução pública, com a criação de uma organização de controle escolar. Com a descentralização, em 1834, e conseqüente criação das Assembléias Legislativas Provinciais, toda a responsabilidade das questões da instrução pública ficou à cargo do Presidente de cada província. Na Bahia, os relatórios dos Diretores da Instrução Pública e as falas dos Presidentes nas Assembléias, para citar algumas fontes, dão mostras do investimento na educação com a criação de escolas nos lugares mais populosos; com a nomeação de professores, com o aproveitamento de alunos-mestre, com mudanças curriculares na Escola Normal; com atendimento às solicitações dos professores, quanto à material escolar etc.

Embora haja todo esse histórico em relação a investimentos na educação, nem tudo ocorreu como desejado. São os próprios relatórios dos Diretores da Instrução Pública, são as falas de presidentes da Província, são os documentos oficiais e extra-oficiais que esclarecem sobre as dificuldades, sobre os limites do próprio contexto social e econômico da província, sobre as questões políticas, principalmente na segunda metade do século XIX.

No que se refere mais particularmente aos professores, apesar de existir a Escola Normal, com um currículo em que se estudavam os métodos mais recentes de ensino, (cf. NUNES, 1999), essa não atendia à demanda; apesar dos concursos públicos para admissão, nem sempre, na verdade, eles se realizavam; e quando existiam, muitos candidatos passavam por apadrinhamento político. Em suma, não existiam meios mais eficientes que assegurassem a formação de todos os professores.

O que se pode concluir é que, apesar de todas as adversidades, os dados levantados da escrita desses professores demonstram que os usos canônicos superam em muito os não canônicos, evidenciando que, de alguma forma, esses professores tiveram uma formação que lhes permitiu o uso da norma culta escrita da época. Infere-se, portanto, que esses professores sejam, na escola, difusores dessa norma de prestígio.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. (2005). *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. ver. e ampl. 15^a reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BULCÃO, A. A. A. (1879). *Fala*. Bahia, Typ. do Diario da Bahia.
- BULCÃO, A. A. A. (1881). *Relatório*. Bahia, Typ. do Diario da Bahia.
- CAMBRAIA, César Nardelli. (2002). Sobre as origens do “aonde” na língua portuguesa. In: COHEN, M.A.; RAMOS, Jânio (org.). *Dialeto mineiro e outras falas*; estudo de variação e mudança lingüística. Belo Horizonte: UFMG.
- COSTA E SILVA, M. C. B. (1997). *O ensino primário na Bahia; 1889-1930*. Tese. Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- Cunha e Cintra, 1985, p.
- DANTAS (1882). *Relatório*. Bahia, Typ. da Gazeta da Bahia.

- Guimarães, E. (2004). *História da semântica; sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes.
- HENRIQUES, A. A. F. (1872). *Falla*. Bahia, Typ. do Correio da Bahia.
- INFANTE, Ulisses. (2001). *Curso de gramática: aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione.
- KERSCH, Dorotea F. (1996). *A palavra onde no português do Brasil*. Dissertação Mestrado Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark (1980). *Metaphors: we live by*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- LUCCHESI, D. (2002). Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola. (Coleção Humanística).
- MATTOS E SILVA, R. V. (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, R. V. (2004a). *Ensaio para uma socio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial. (Linguagem: 7).
- NUNES, A. A. (1999) A formação oficial de professores na Bahia imperial. *Revista da Faced*, n.2, Salvador: EDUFBA.
- NUNES, A (1999). A reforma da educação baiana em 1881: o Regulamento Bulcão *Revista Gestão em Ação* v.2 nº 2, jul-dez.
- Nunes, A (2007). Uma avançada proposta de reforma educacional no ultimo quartel do século XIX brasileiro: Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa. **Revista FACED**, América do Sul, 5 4 05.
- PAGOTTO, E. G. (1998). “Norma e Condescendência; ciência e pureza”. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. São Paulo: Pontes Editores. Jul-dez, nº 2.
- PARANAGUÁ, J. L. C. (1882). *Relatório*. Bahia, Typ. do Diario da Bahia.
- RIBEIRO, E. C. (1879). *Elementos de grammatica portugueza*. Brazil; Bahia; Salvador: Imprensa Econômica.
- RIBEIRO, E. C. (1881). *Grammatica portugueza philosophica*. Brazil; Bahia; Salvador: Imprensa Econômica.
- RIBEIRO, E. C. (1890). *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. Brazil; Bahia; Salvador: Imprensa Popular.
- RIBEIRO, J. (1881). *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler.
- SILVA, J. C. A. (2000). Viver no magistério na Bahia Imperial. In: *Revista da FAEEBA*, nº 13, jan/jun.
- TARALLO, Fernando (1986). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian. *Português brasileiro – uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. (Coleção Repertórios).
- VILLELA, H. (2000). O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E.M.; FARIA Fº, L.M.; VEIGA, C.G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.